

Do autor de A TOLICE DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

**JESSÉ SOUZA**

**ENTENDA  
A  
COMO  
RADIOGRAFIA  
E POR QUE  
DO  
VOCE FOI  
GOLPE**

**leYa**

Copyright © 2016, Jessé José Freire de Souza  
Copyright © 2016 LeYa Editora Ltda

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei 9.610, de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.  
Este livro foi revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

*Copidesque*  
BRENO BARRETO

*Revisão*  
DIEGO TAVARES

*Capa*  
ANGELO ALLEVATO BOTTINO

*Diagramação*  
ABREU'S SYSTEM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Souza, Jessé

A radiografia do golpe : entenda como e por que você foi  
enganado / Jessé Souza. – Rio de Janeiro : LeYa, 2016.  
144 p.

ISBN 978-85-441-0446-0

1. Brasil – Política e governo I. Título.

16-0730

CDD 320.981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil – Política e governo

Todos os direitos reservados à  
LEYA EDITORA LTDA.  
Av. Angélica, 2318 – 12º andar  
01228-200 – Consolação – São Paulo-SP  
[www.leya.com.br](http://www.leya.com.br)

## SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	11
<b>Capítulo 1</b>	
Os golpes sempre foram por mais dinheiro para poucos, e nunca para combater a corrupção	19
A construção da corrupção como "direito contra o inimigo" de classe e a ciência a serviço do dinheiro	19
Nosso berço é a escravidão (e não Portugal), e a nossa elite é a da rapina de curto prazo, e não do projeto nacional	40
Para compreender a luta de classes no Brasil: da sociedade de indignos à classe média indignada	55
<b>Capítulo 2</b>	
O golpe "legal" e a construção da farsa	87
O ovo da serpente: as manifestações de junho de 2013 e a construção da "base popular" do golpe	87
Desigualdade <i>versus</i> moralidade, ou Lula <i>versus</i> Sérgio Moro: enfim a direita ganha um discurso e um líder para chamar de seu	116
<b>Capítulo 3</b>	
Conclusão: ameaças e oportunidades à democracia	129
<i>Notas</i>	139

## CAPÍTULO 2

.....

# O golpe “legal” e a construção da farsa

## O ovo da serpente: as manifestações de junho de 2013 e a construção da “base popular” do golpe

Existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas “jornadas de junho”, e o golpe de abril de 2016. Nesse intervalo de quase três anos, o ataque ao governo federal foi realizado sem tréguas até a vitória final no processo de impeachment. As manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas. Na verdade, representam o início do cerco ideológico até hoje mal compreendido pela enorme maioria da população. A grande questão é como protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se “federalizarem” e atingirem a popularidade da presidente Dilma, que àquela altura gozava dos mais altos índices de aprovação no seu governo.

No início as manifestações foram capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), que tem como bandeira central a tarifa zero

para o transporte público. O MPL lutava na ocasião contra o aumento recente das passagens de ônibus, muito especialmente na capital paulista. Os estudantes eram tanto de classe média quanto da periferia da capital e já espelhavam um descontentamento talvez maior que o simples aumento das passagens. Os jovens da periferia estavam tendo acesso às universidades, mas os empregos disponíveis eram precários e de baixa produtividade.<sup>12</sup> Ao menos em parte, a insatisfação podia já antecipar um fenômeno acontecido na Europa do pós-guerra que universalizara o acesso à escola e à universidade, incluindo também as classes populares. É um fenômeno que Pierre Bourdieu chamava de “inflação do diploma”, para mostrar que o diploma, do mesmo modo que a moeda, quando produzido em quantidade excessiva e posto em circulação, já não vale o que valia antes para outras gerações.

Havia aqui material para criticar o governo. Mas seria uma crítica benigna para aprofundar o processo inclusivo que exigiria, por exemplo, uma nova base produtiva capaz de gerar empregos melhores e mais bem pagos. Não foi esse, no entanto, o caminho da mídia conservadora no seu papel de “partido político da elite do dinheiro”.

X Dilma reagiu ao tema da corrupção de modo ambíguo. Ao mesmo tempo em que tentou lançar o tema da reforma política como central no debate – e perdeu a batalha para a mídia dominante, que manteve o padrão da “fulanização seletiva” –, se aproximou do tema como “combatente” pessoalmente envolvida na cruzada anticorrupção. Ao fazê-lo de modo acrítico, se deixando colonizar pelo discurso do inimigo, ficou à mercê de um processo que não mais conduzia. Pior: terminou acreditando na farsa da imparcialidade da operação Lava Jato até quando ficou muito tarde para qualquer reação.

Historicamente, apenas o tema da corrupção, no Brasil, propicia a manipulação perfeita do público cativo: aquela que não toca nem de perto no acordo das elites nem nos seus privilégios e permite focar todo o fogo no inimigo de classe da ocasião. Trata-se de

um tema que não oferece nenhuma reflexão e compreensão real do mundo, mas que possibilita todo tipo de distorção, seletividade e manipulação emotiva de um público cativo. Mas não existia à época nenhum escândalo para ser manipulado. Como proceder à sistemática distorção e fraude da realidade nesse contexto?

Se tomarmos o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, uma espécie de porta-voz da reação conservadora extraparlamentar que se forma nas ruas do país e que só se conclui com o impeachment da presidente eleita, podemos acompanhar passo a passo esse processo. O que se chamou mais tarde de "jornadas de junho" começou como manifestação de alguns milhares de jovens contra o aumento das passagens de ônibus em diversas capitais brasileiras, com epicentro em São Paulo. No dia 10 de junho de 2013, aconteceu a primeira referência do *Jornal Nacional* às manifestações. Como toda referência inicial, ela foi negativa, enfatizando o "tumulto", o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população.

No dia 12 de junho o *Jornal Nacional* fez novas menções negativas aos protestos, e a palavra "vandalismo" tornou-se recorrente como modo de designar o movimento. Ocorreram ataques e depredações a cerca de oitenta ônibus e a várias estações de metrô em São Paulo. O *Jornal Nacional* mostrou cidadãos reclamando do tumulto e da perturbação da ordem. Até esse ponto, apenas a prefeitura e o governo estadual eram alvos. Os manifestantes foram criminalizados e alguns foram presos por formação de quadrilha e depredação, crimes inafiançáveis. No dia 13 de junho a cobertura jornalística seguiu o mesmo padrão anterior. Imagens da Av. Paulista bloqueada e do centro do Rio mostravam provocações de manifestantes ainda criminalizados. O protesto era visto como passageiro em meio à Copa das Confederações, que ainda dominava o noticiário. A PEC 37 foi pela primeira vez mencionada pelo jornal, ainda que, como mostra uma pesquisa do Ibope<sup>43</sup>, sua importância fosse apenas marginal nesse início de manifestações.

É interessante notar aqui já um início da articulação e do conluio entre o aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa. A

PEC 37 e sua crítica passa a ser frequentemente referida pelo *Jornal Nacional* como uma demanda cada vez mais importante das "ruas". A PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, como, aliás, acontece na maioria dos Estados democráticos. Isso contrariava o desejo dos integrantes do Ministério Público, que também queriam investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário. A ideia aqui é que haja controles recíprocos e nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais. O "agrado" do JN ao MP já lançava as primeiras bases da atuação em conluio.

No dia 15 de junho foram noticiados pelo *Jornal Nacional* também os protestos dos produtores rurais contra os índios e a política de demarcação de terras da Funai. A proposta era retirar do executivo o protagonismo nessa área e passá-lo à mão do Congresso. A reportagem foi amplamente favorável aos proprietários. Também a manifestação de oito mil pessoas em Belo Horizonte ainda era centrada no preço da passagem do ônibus. Por isso a cobertura continuava sendo negativa, focando o incômodo causado pelas manifestações. Mas já havia certa "compreensão" dos motivos dos manifestantes. O *Jornal Nacional* começava a perceber o potencial de crítica ao governo, mas ainda não se descobrira a federalização. A crítica se concentrava ainda nos transportes públicos, que são atribuição municipal.

A cobertura do dia 17 de junho mudou o panorama completamente. O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como "expressão democrática" e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito. O sentido mudou de negativo para positivo. A ênfase em bandeiras específicas, como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido ainda abstrato, contra a corrupção, se iniciam e consolidam a federalização aberta do movimento. Os apresentadores do jornal passavam a dizer com rosto feliz e sorriso aberto que tudo

era pacífico. Os tumultos agora eram produto de uma "minoria de vândalos".

No dia 18 de junho a cobertura passou a combater a repressão aos movimentos agora vistos como pacíficos, ainda que alguns dias atrás o jornal mostrasse preocupação com o "vandalismo". Imagens de Lisboa e Londres mostraram protestos pelo respeito às manifestações. Bandeiras do Brasil e rostos pintados como nas "Diretas Já" apareceram por todos os lados. Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta.<sup>14</sup>

A cobertura do Jornal Nacional no dia 19 de junho passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente, começou a ganhar corpo com a criação de palavras de ordem pelo próprio jornal, que passava agora a promover e incentivar as manifestações como explosão democrática do povo brasileiro. Pela primeira vez o Jornal Nacional mostrou queda de popularidade da presidenta Dilma: de 79% de contentamento com o governo em março de 2013 – sua maior aprovação histórica – para 71% em junho. Apesar de a queda inicial ter sido apenas moderada, percebia-se claramente que os protestos podiam ser canalizados para atingir a presidenta.

O jornal Nacional cerrou fileiras contra a presidenta e seu governo. Os temas que se tornariam clássicos mais tarde se constituíram aqui. A bandeira da antipolítica e antipartidos surgiu. Inflação e custo de vida se tornaram bandeiras e substituíram a passagem de ônibus. Entraram com toda força o ataque à PEC 37 e o tema cada vez mais importante da corrupção. O jornal chegou a dizer que "quem é contra a PEC 37 não precisa cobrir o rosto". Disse também que a Globo pretende "dar voz aos manifestantes" e nor



isso lamenta a depredação de carros da imprensa que começa a acontecer. O ataque à imprensa se dá por uma pequena minoria de manifestantes que perceberam, precisamente, a manipulação midiática de um processo que estava em seu comando no início e que foi paulatinamente tomado pela atuação combinada dos órgãos da imprensa conservadora.

O jornal do dia 20 de junho, dia de grandes comícios, mudou o tom da cobertura de vez. Lamentavam-se ainda alguns casos de manifestantes “radicais” isolados, mas no Rio e em São Paulo comemorava-se abertamente o dia de manifestações históricas, com ampla maioria da classe média conservadora que viria a ocupar o palco da política conduzida midiaticamente até o impeachment em abril de 2016. O fim da corrupção já se tornara a palavra mais importante depois que as tarifas de ônibus foram abaixadas, transformando-se na bandeira central de todo o movimento conservador a partir daí.

Os partidos políticos foram demonizados, já que, como sabemos, apenas os partidos de esquerda têm capilaridade e militância. Estes seriam vistos com desconfiança, já que se começa aqui a criminalizar a política enquanto tal, o que só aumentaria com a manipulação midiática da operação Lava Jato. Como em todos os movimentos autoritários, os militantes viriam a se perceber como únicos defensores da nação como um todo, “representando o Brasil” de modo indiviso e apartidário. É a política dos pretensos apolíticos. Para o Jornal Nacional, as manifestações, dominadas pelo público que a imprensa chamava à rua, passavam a ter a qualificação de uma verdadeira “festa pacífica e democrática”.

A cobertura do dia 21 de junho já mostrava que o esquema de distorção e manipulação dos fatos estava concluído. Ainda soavam incompreensões sobre o movimento, enquanto a CNBB apoiava as manifestações, enxergando-as no campo da luta contra a desigualdade. Qualquer apoio agora era comemorado e canalizado. O Jornal Nacional deu cobertura à matéria do New York Times sobre as manifestações, que as interpretava como reclamação

contra os "serviços públicos precários", significando que a maioria da população não estaria satisfeita com as promessas petistas. A ala direitista da classe média, que passa a ser o núcleo central do movimento, tendia a ser percebida como "o povo" clamando nas ruas. Os "baderneiros" eram agora agentes infiltrados no movimento democrático e pacífico.

Uma repórter do jornal *O Globo* perguntou ao líder do Movimento Passe Livre, que pretendia encerrar o movimento, já que o aumento das passagens fora revogado, se as "outras pautas", como a PEC 37 e o combate à corrupção, não merecem também continuar. O líder respondeu que essas jamais foram pautas do movimento e se declarou contra a hostilização de partidos políticos. A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma "festa popular" contra a corrupção e a ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central. O PT e os manifestantes da esquerda foram hostilizados. Aqueles ligados a partidos políticos foram expulsos. A Fiesp exibiu a bandeira do Brasil em seu prédio.

As coberturas dos dias seguintes apenas aprofundaram o veio, enfim encontrado, para a federalização de conflitos antes localizados e municipalizados. A estratégia foi buscada no dia a dia, em teste empírico e tentativa e erro – método, aliás, que seria desenvolvido em todas as outras estratégias que redundariam, finalmente, no golpe de abril de 2016. Procurou-se premeditadamente e a sangue frio testar o gosto do público e inserir pautas antes estranhas ao movimento, como no caso mais claro do apoio à derrubada da PEC 37. O sentido aqui foi fazer um "carinho", materializado pelo apoio explícito de pautas corporativas do aparelho jurídico-policial do Estado a sempre mais poder sem controle, um prenúncio das estratégias de "vazamento seletivo" que se daria mais tarde. A PEC 37 passou a ser a senha de apoio midiático para as corporações jurídicas do Estado e seu projeto de aumento do poder corporativo que lhes assegurava privilégios que os cidadãos comuns sequer sonhavam, lhes propiciando apropriar-se da agenda do Estado.

A mídia passou, a partir de junho de 2013, a se associar às instituições do aparelho jurídico-policial no processo de deslegitimar o governo eleito. Palavras de ordem como “Muda Brasil”, como forma cifrada de invocar a verdadeira bandeira – “Muda (de governo) Brasil” – passaram a dominar o imaginário das manifestações. A corrupção ganhava cada vez mais proeminência, e os gastos com saúde e educação – que nunca haviam sido tão expressivos como agora – eram sempre mencionados de modo negativo ao governo. Ocorre, na realidade, uma inversão de perspectivas que não deixa de confundir a todos: o governo federal que mais havia investido em educação e saúde passa a ser a vítima única da atenção midiática que, conscientemente e de caso pensado, confunde e embaralha as competências federativas de tal modo a que toda culpa caiba unicamente ao governo federal.

A reação governamental tentou canalizar as manifestações para tirar da imobilidade diversos projetos de interesse popular que se encontravam parados no Congresso, por conta do perfil conservador das duas casas. No dia 24 de junho o governo propôs uma reforma política para combater a corrupção e cinco pactos: transporte público, reforma política, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros e a destinação de 100% do pré-sal para educação. A resposta foi inteligente, mas tardia e pouco efetiva. Ela não só teve reação por parte do Congresso como esbarrou no desinteresse da mídia, que experimentava o auge de seu poder de pautar a agenda política relevante. O Jornal Nacional continuava nesse mesmo dia martelando a PEC 37 na esperança, que se revelaria um verdadeiro “filão de ouro” para a estratégia golpista mais tarde, de cooptar o alinhamento do aparelho jurídico-policial, com o objetivo de deslegitimar o governo federal.

A reforma política – na verdade, a única resposta racional à manipulação midiática que passou a se estender às ruas – foi transformada em proposta por plebiscito popular, já que a Congresso barrava a reforma. Mas o bombardeio contra a proposta já começara. A grande aposta era a da reforma política paralisada há muito tempo

no Congresso, mas nenhum peso foi atribuído a ela pela mídia supostamente tão interessada no combate à corrupção. No dia 29 de junho, finalmente, o Jornal Nacional colheu o sucesso retumbante da violência simbólica tão bem perpetrada: foi mostrada uma pesquisa segundo a qual a aprovação popular da presidenta despencou em queda livre. Ela perdera 27 pontos percentuais desde o início dos protestos, os quais visavam na sua origem a questões locais e municipais. Era a maior queda de popularidade da presidenta desde o início do mandato.

Era o sucesso absoluto da campanha midiática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República: ocorrera queda de 35 pontos na popularidade de Dilma se a comparação se der com o mês de março de 2013, quando a presidenta gozava de sua maior taxa de aprovação popular. A rejeição também aumentara de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe.

#### O casamento entre mídia e classe média conservadora

Já temos aqui, em junho de 2013, o delineamento geral de todas as forças que se articulariam mais tarde no golpe de abril de 2016. Algumas alianças se consolidaram durante o processo e outras começaram aqui a se desenvolver. A aliança que se consolida é aquela entre a mídia e a classe média conservadora. A aliança que se descortina, a partir do apoio midiático à derrubada da PEC 37 – que na pesquisa Ibope citada antes não havia sido mencionada por ninguém como razão espontânea de ida às ruas –, é o conluio com o aparelho jurídico-policial do Estado. Essa última aliança se constrói especialmente no decorrer do ano de 2015 como produto da divisão de trabalho, com o fito de deslegitimar o governo eleito, o que a operação Lava Jato permite levar a cabo com retumbante sucesso. Esse ponto será analisado a seguir. Agora nos interessa

examinar a construção de uma suposta “base popular”, que é de fato uma base elitista fundada nas classes do privilégio, para o processo golpista.

É importante perceber todo o alcance da aliança entre mídia conservadora e a construção de uma classe média “revolucionária”, que tem início em junho de 2013. Com o sucesso da estratégia de pautar as manifestações e distorcer seu sentido inicial de modo a atingir o executivo e federalizar o descontentamento difuso da população, a mídia dominante percebeu sua força de criar uma realidade virtual. Efetivamente, como mostra o exemplo do *Jornal Nacional*, a habilidade de distorcer pautas populares espontâneas e conseguir manipulá-las para enfraquecer o executivo, que gozava de amplo apoio popular até então, foi extraordinária.

Seu sucesso se dá, na ocasião, de forma ainda limitada. Sua base de apoio real em junho de 2013 ainda é a velha classe média conservadora, que nunca havia comprado a pauta de reforma social petista e que sempre votara contra esse projeto em todas as eleições. Até aí, nenhuma novidade. Mas essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. A intensidade do apoio aumenta, e a mobilização desses setores chega a graus inéditos na história do país. A direita conservadora e moralista de ocasião começa a sair do armário e se assumir.

A novidade aqui não é o simples acordo de sentimentos e de visão de mundo, que sempre existiu entre as grandes redes de TV e os grandes jornais e esse seu público cativo há décadas. O que é novo, tornando-se um dado decisivo a partir de 2013, é a verdadeira conversão midiática desse ator político conservador normalmente discreto e recluso em “classe revolucionária” com extraordinária e súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo. Em vez de reclamar a boca pequena, apenas entre amigos, dos rolezinhos dos jovens da periferia de São Paulo, ou do “populismo petista” com os programas de transferência de renda, ou ainda dos aeroportos, “com gente sem educação e que fala

alto", tornando-os mais parecidos a rodoviárias do que aos antes seletivos aeroportos para uma minoria, essa classe, agora, se torna "orgulhosa" de si mesmo.

Esse é um fenômeno que ainda precisa ser bem compreendido por nós. O sentimento escravocrata que contamina a elite com indiferença *blasé* em relação aos destinos do país e de sua gente é, na verdade, não só compartilhado, mas intensificado na fração conservadora da classe média. E por boas razões. O desprezo em relação aos pobres a quem culpam pela própria pobreza – afinal, a culpabilização da vítima permite que não se procure os responsáveis pelo esquecimento secular e pela humilhação diária – faz parte, de certo modo, da construção da certeza da própria distinção. O processo acelerado de inclusão social brasileira entre 2003 e 2013 – via, sobretudo, a valorização real do salário mínimo além da inflação – fez com que os pobres tenham acesso a oportunidades de consumo que nunca haviam tido.

O mero fato da proximidade física dos pobres em lugares antes reservados à classe média trouxe à baila um racismo de classe perverso que se mantinha escondido do debate público nas condições de extrema desigualdade que o país vivia. O compartilhamento dos mesmos espaços sociais irrita e incomoda ainda mais com a nova postura e atitude das classes populares de desafiar o olhar incômodo, como comprovam iniciativas como os rolezinhos.

Mas isso não é o pior. Muito pior que compartilhar espaços antes exclusivos é o "medo" – irracional, neste caso – de que a ascensão social ameace muito mais que os espaços exclusivos. A classe média passa a ter medo de que também seus privilégios de classe e seus empregos sejam ameaçados. Esse medo é, em grande medida, irracional, posto que a ascensão das classes populares se dá muito mais pela via do consumo do que pela via da incorporação de capital cultural reconhecido que é o grande mecanismo da reprodução dos privilégios de classe da classe média. Mas as medidas do segundo governo Lula no sentido de ampliar as chances de acesso ao capital cultural e o conhecimento valorizado também para as

classes populares já são o começo importante de um processo que, segundo se imaginava à época, seria irreversível.

Diferentemente da classe alta, que se dá o luxo de ter um desprezo *blase* pelos pobres, posto que nada ameaça seu controle do capital econômico, firmemente concentrado em suas mãos, a classe média do capital cultural legítimo, ainda que a distância social seja imensa, começa a imaginar razões para temer o processo em curso de arregimentação e ascensão das classes populares. “Populismo” torna-se cada vez mais uma palavra que não sai da boca de muitos, inclusive de editorialistas de jornais e TV que desejam aproveitar a ocasião para arregimentar seu público. A acusação de populismo é muito interessante. Ela indica que alguém estaria se aproveitando da ingenuidade dos pobres para se consolidar no poder. O “bom” nesse caso seria continuar a esquecer e abandonar os pobres, como a maioria havia feito até então, já que assim eles não seriam feitos de tolos.

Se agradar a maioria é populismo, a boa democracia é, então, aquela que os esquece e se dedica à minoria de privilegiados. Afinal, ninguém poderia chamar de populismo a ajuda a essa minoria. Isto, por pura e simples dedução lógica. A crítica ao “populismo”, que criminaliza a atenção à maioria esquecida, apesar de absurda, é ouvida o tempo todo durante esses anos, e não apenas da boca dos não especialistas da classe média, mas também de intelectuais, em livros e jornais. Mas a própria dificuldade com a noção de populismo<sup>45</sup> como meio de deslegitimar as medidas de apoio à parte de baixo da população mostra que a classe média conservadora e os partidos que a representam estão na defensiva, sem um discurso articulado e convincente. Por conta disso, perdem todas as eleições para presidente, e perdem também a hegemonia ideológica – ou seja, não possuem a narrativa mais convincente para descrever o rumo a ser tomado pela sociedade – para a esquerda do espectro político.

É precisamente nesse contexto que as decantadas “jornadas de junho” vão possibilitar o vislumbre de uma nova narrativa para a

direita e seu público. O caráter enigmático e multifacetado das manifestações ajuda enormemente a montagem de uma farsa midiática. O início das manifestações mistura tanto estudantes de classe média quanto estudantes da periferia, os quais, ao menos em parte, expressam insatisfação não só com serviços públicos precários, mas também com a falta de empregos de maior qualificação<sup>46</sup>, já que o pleno emprego daquele período estava ligado ao mercado menos qualificado. O governo vinha investindo maciçamente em vagas sociais e raciais e ampliando as universidades públicas e escolas técnicas, o que criava uma demanda por empregos de maior qualificação que não podia ser atendida sem modificações na matriz produtiva.

Um dos fatores da insatisfação difusa parece ter sido, portanto, o efeito não intencional de políticas virtuosas de maior inclusão das classes populares, com acesso ao capital cultural de maior reconhecimento e prestígio. Com a expansão da educação superior para os setores populares, estaria ocorrendo uma "inflação do diploma" universitário, uma vez que ele não "comprava" mais o que prometia: acesso a melhores empregos, com maior qualificação, que afinal não são tão numerosos quanto os de baixa qualificação. Como já havia ocorrido com países europeus que massificaram o ensino superior,<sup>47</sup> estaríamos experimentando uma frustração típica do público mais jovem, que não recebe mais o que gerações anteriores puderam desfrutar.

Além disso, houve confusão tanto real quanto deliberada acerca do caráter antipolítico do movimento pela rejeição às vezes violenta de bandeiras de partidos políticos. Muitos perceberam nisso o nascimento de uma "nova forma de fazer política", contrária à forma fossilizada e burocratizada dos partidos tradicionais. Criou-se então uma oposição entre uma "política viciada", tendencialmente corrupta e distante das ruas, e uma "nova política", supostamente mais espontânea, com maior capilaridade social, em grande parte possibilitada pelo uso das mídias sociais, que foram uma importante base de arregimentação política das manifestações. A candidata



às eleições presidenciais seguintes, de 2014, Marina Silva surfou nessa onda como ninguém e chegou a obter índices expressivos de popularidade no período. A associação temporal com a “primavera árabe”, que ocorria no norte da África – e que também fora ingenuamente interpretada como renascimento democrático, mas dos países islâmicos –, aumentou a falsa impressão de novidade.

Como se veria depois de modo mais claro, o suposto novo era, pelo menos em grande medida, o que a “novidade” é, na imensa maioria das vezes, mais ou menos em todo lugar: mera máscara de algo muito velho, ansioso por parecer novidade. No nosso caso, tratava-se de uma máscara da velha e surrada rejeição conservadora e antidemocrática à política vista como suja e corrupta. Assim, em vez da novidade da “nova política”, o que tivemos foi a arregimentação política dos setores mais conservadores da sociedade brasileira e sua virtual transformação em “classe revolucionária” da direita, por meio do aprofundamento da gigantesca manipulação midiática iniciada em junho de 2013 nos episódios da eleição presidencial de 2014 e, logo depois, na Lava Jato.

A verdadeira novidade das “jornadas de junho” foi a reconstrução, repaginada e turbinada – uma espécie de versão 2.0 – de um ator político velho e bem conhecido da história brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população brasileira. É essa fração que torna as manifestações verdadeiros “fenômenos de massa” a partir do dia 19 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de “vândalos”. É também quando as manifestações passam a ser percebidas pelo Jornal Nacional como uma “grande festa democrática”. Nesse sentido, constrói-se para esse suposto “ente novo” na nossa política uma nova estética e uma nova moral.

A nova estética foi extremamente importante. A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram os símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mensagem mais importante:

"Não somos de nenhum "time", como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e nós torcemos pelo Brasil." O ufanismo do país indiviso que não tolera a diversidade e ao mesmo tempo se põe como único representante da nação, um protofascismo óbvio, não só não foi criticado pela mídia. Foi, ao contrário, louvado e estimulado. O Jornal Nacional sugeria em suas coberturas que os "amarelinhos", quando iam às ruas, reagiam espontaneamente, enquanto os "vermelhos" eram militantes profissionais sectários.

Esses símbolos conseguiram também passar a impressão para boa parte do público de que essa fração privilegiada, branca e bem-vestida representava o "interesse nacional" em uma mudança para o melhor para todos. O componente moral também foi decisivo. Ele atuou em dois sentidos. O primeiro foi incutir nessa fração de classe o sentimento de protagonismo no movimento, ainda que, na verdade, fosse mero instrumento de manipulação do consórcio elites/mídia. Esse sentimento foi construído com maestria sob a batuta do Jornal Nacional. O segundo dado decisivo da construção "moral" desse grupo foi a substituição, construída pouco a pouco, das bandeiras por melhores serviços públicos pela bandeira – a essa altura ainda abstrata – do combate à corrupção e à PEC 37.

Essa fração se via agora como "poderosa", dada sua transformação midiática de mera massa de manobra e tropa de choque em suposto protagonista, e, mais importante, legitimada naquilo que tanto por horizonte cognitivo quanto afetivo sempre havia defendido. As críticas ao "populismo petista" e aos seus programas de governo deixaram de soar, de uma hora para outra, como reclamação ilegítima de fração privilegiada. Ao contrário, elas adquiriram a fachada de engajamento político e democrático contra o "mundo sujo" da política, acentuada pelo caráter pacífico e festeiro das manifestações a partir da entrada massiva dessa fração. Estava criada a suposta base social do golpe. Uma fração descontente com a política por conta das seguidas derrotas eleitorais de seus representantes se descobria de uma hora para outra como portadora do bem, da nacionalidade e da moralidade pública.

A "moralidade" é o terreno de apreensão tanto cognitiva quanto moral do mundo, muito especialmente para os setores sociais médios. Como a complexidade do funcionamento da engrenagem social é muito alta e desafiadora, a perspectiva da moralidade faz possível tornar o mundo compreensível do mesmo modo que as novelas e os filmes de grande bilheteria. O mundo deixa de ser um palco de interesses opacos em disputa, para se tornar supostamente transparente; um lugar onde as boas ou más intenções de seus atores se transformam nos pilares do entendimento. Assim, torna-se possível separar o mundo entre bandidos e mocinhos, com base em uma oposição binária e simplista, mas de fácil compreensão, posto que colada nas avaliações práticas que todos realizam no senso comum do dia adia. A mídia passa a ser a instância que torna esse julgamento e separação entre as pessoas boas e más possível e crível, simplesmente ampliando o horizonte interpretativo das novelas e repassando-o à política e à sociedade.

Paralelamente à dimensão cognitiva, temos uma esfera ainda mais importante para a cooptação dessa fração de classe, que é a dimensão afetiva. A imensa maioria de nós, seres humanos, não tende nem a aceitar nem a amar a verdade, como já dissemos. São necessários requisitos raros para o enfrentamento de qualquer verdade, seja na vida pessoal, seja na vida coletiva. Para começar, a verdade quase nunca é agradável aos nossos ouvidos. Ela mostra, por exemplo, que quase sempre temos responsabilidade naquilo que adoramos imputar aos outros. Nossa predisposição, por conta disso, é toda reservada à "legitimação da vida" que efetivamente levamos. Adoramos justificar aquilo que já somos. A autocrítica é tão rara quanto um belo diamante.

O discurso midiático inteligente e manipulador transformou a classe média no seu sonho de si mesma, na sua autoimagem idealizada – que é sempre infantil. Em lugar de ódio aos pobres – como mostra o apoio, silencioso ou explícito, à matança indiscriminada de pobres nas grandes cidades brasileiras ou a humilhação diária de serviçais, ou ainda o profundo incômodo com as políticas de

inclusão social dos governos petistas –, essa fração podia se ver agora, como que por milagre, como locomotiva da nacionalidade nas ruas. Por oposição aos “de cima na sociedade”, com quem a classe média conservadora mantém uma ambígua relação que mescla ressentimento e inveja, essa fração podia se ver como a única “do bem”, a única verdadeiramente moral e decente. A versão turbinada da classe da moral e da decência, que ela não só representa, mas que agora ativamente incorpora de modo corajoso nas ruas, enfrentando perigos e ameaças, é o que cria a fração de “classe revolucionária” da contrarrevolução popular que o golpe representa.

A integração dessa fração de classe à dinâmica do golpe foi decisiva para seu sucesso posterior. Foi o contrário do que ocorrera em 2005, no Mensalão – a primeira tentativa de “golpe branco” a partir da associação entre elites econômicas, Congresso comprado, mídia manipuladora e justiça “justiceira”. Nesse caso, faltara o elemento popular, indispensável para o sucesso de qualquer golpe de Estado. O Mensalão foi uma espécie de ensaio geral do golpe aplicado em abril de 2016. A mídia conservadora foi pega de surpresa e apostou no desgaste do PT nas eleições seguintes, em 2006.

Foi aí que se percebeu a sensibilidade especial da classe média, especialmente da sua fração mais conservadora, mas não apenas ela, ao tema da corrupção. É que, em linhas gerais, a bem-sucedida política de inclusão social do governo havia logrado obter a fidelidade dos setores mais pobres. Para eles, a corrupção e o engodo de forma geral são um dado universal da “política dos ricos”, e o decisivo é a existência ou não de políticas que contemplem uma melhora de sua situação social. Essa posição é tida por muitos como prova de que a falta de educação formal implicaria menor compreensão da política e da importância da corrupção nesse terreno. Mas a verdade é o contrário. Os pobres demonstraram uma extraordinária racionalidade prática, provando-se menos propensos que a supostamente mais crítica e refletida “classe

média” ao não se deixar fazer de tola por um discurso sempre partidário e seletivo da corrupção que persegue alguns e blindar outros.

Nas eleições de 2014, um fenômeno parecido ocorreu. Ainda que a margem da vitória eleitoral tenha sido muito pequena, uma clara divisão de classes se estabeleceu. Seja no perfil regional que opõe Sul e Sudeste ao Norte e ao Nordeste, seja no mapa interno das grandes cidades, que opuseram suas periferias aos centros urbanos, o país se mostrou dividido, com pequena vantagem das classes populares mais numerosas. A tentativa de usar os protestos de junho de 2013 contra a presidenta teve sucesso apenas parcial. A reação da presidenta, com seu discurso no dia 21 de junho de 2013 à nação, foi parcialmente bem-sucedida ao, corretamente, reinterpretar as manifestações no sentido de atender as reivindicações populares da primeira metade da onda de protestos. Essa estratégia correta serviu de proteção pelo menos parcial à demonização do governo pretendida pela mídia conservadora.

Ao mesmo tempo, a interpretação de centro-direita das manifestações, próxima à candidata Marina Silva, que havia surfado na onda que as percebia como um clamor por uma política “renovada” de tradição burocrática e aberta aos novos meios de comunicação, mostrou seu artificialismo. Com uma agenda política típica do que chamo de “classe média de Oslo”, em que a hierarquia das questões percebidas como centrais refletem uma “agenda escandinava”, de países que superaram a pobreza e a miséria social, a candidata não se manteve como competidora a ser levada a sério por muito tempo. Ela se revelou como tentativa de uma direita que procurava se reinventar e dar um toque charmoso e europeizado à mesma hegemonia econômica que animava a direita do espectro político. O fato de ser uma coisa e querer parecer outra permitiu uma desconstrução impiedosa, por parte do marketing político de Dilma, da candidata na campanha eleitoral, que caiu vertiginosamente na preferência popular.

O candidato da direita, Aécio Neves, já espelhava a nova autoconfiança que a manipulação midiática das manifestações de junho de 2013 deixara como legado. Pela primeira vez um candidato conservador brasileiro não fez de conta que era de centro-esquerda. A manipulação midiática do tema da corrupção – dando visibilidade a alguns e tirando a visibilidade de outros – permitiu que a direita tentasse se apropriar dessas bandeiras como suas. A ela se juntaram os discursos clássicos do “controle da despesa” e da austeridade fiscal. A direita deixou de ter vergonha de se apresentar como tal e saiu do armário. Esse é o grande produto da manipulação midiática das “jornadas de junho”: assumir o credo reacionário se torna chique e legítimo.

Depois da quarta derrota seguida, as forças conservadoras não só não aceitaram a derrota eleitoral como começaram a flertar com um caminho não eleitoral. É aqui que entra em cena de modo arrebatador o quarto elemento fundamental no esquema do golpe comandado pelos endinheirados: o complexo jurídico-policial do Estado. Instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concertado para derrubá-la. Agindo em parceria e em conluio com a mídia conservadora e servindo de fomentadora para a recém-organizada base social de extrema direita, a casta jurídica que comanda o combate à corrupção seletiva tornou-se a chave para a compreensão do “golpe branco” em abril de 2016. O combate à corrupção torna-se pornograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda, enquanto blinda a direita. Mas sem a participação do nosso verdadeiro “partido das elites”, a imprensa manipulada e manipuladora, não teria se formado o clima insurrecional que possibilitou o golpe. A imprensa partidária e conservadora já havia criado uma base social de extrema direita para o golpe. Faltava o discurso para direcionar e arregimentar a base social recém-construída.

## A imprensa como partido político

A elite do dinheiro descontente tem agora não apenas seus aliados de sempre – Congresso comprado pelo financiamento privado de eleições e mídia comprada –, mas também uma base social altamente motivada e engajada, em uma luta que percebe como sua. Essa fração de classe, ingênua de fio a pavio, se imagina não como massa de manobra, mas como protagonista do drama. Isso não é pouco. Não se compreende o golpe de abril de 2016 sem a manipulação dos protestos de junho de 2013. Mas faltava ainda um elemento decisivo de toda rebelião, seja ela libertária ou reacionária: a construção de um discurso coerente. Este inexistia em junho de 2013, e veio daí o caráter enigmático e multifacetado dessas manifestações, que desafiou a capacidade interpretativa dos analistas.

Esse discurso será o discurso anticorrupção usado de modo seletivo contra o PT, procurando atingir, sobretudo, seus principais líderes: Lula e Dilma. Não era a primeira vez que a corrupção entrava em cena para travestir os interesses da elite econômica e seus aliados de “interesse coletivo”. Como vimos, este é o único mote dos endinheirados e de seus aliados em reação a líderes populares no poder. O Mensalão se deu sem uma base social engajada que tomasse as ruas e transmitisse a impressão de que o “povo” estava nas ruas. Essa foi a diferença central entre o golpe fracassado do Mensalão e o golpe bem-sucedido de abril de 2016. Como já notado anteriormente, houve também a utilização de parte dos recursos do *boom* das commodities em programas sociais que permitiu a lealdade dos mais pobres, tornando o tema da corrupção seletiva – ou seja, a corrupção “fulanizada” e nunca percebida como um sistema que contamina todos os agentes – irrelevante para essas classes naquela ocasião.

A discussão do capítulo anterior mostrou a bem-perpetrada manipulação midiática por meio do exemplo do Jornal Nacional, que conseguiu “pautar” as manifestações de 2013, que antes atiravam para todo lado. Essa pauta foi pensada no sentido tanto de

construir um fio condutor anticorrupção – ainda “abstrata” nessa ocasião, uma vez que apenas a Lava Jato viria a torná-la “concreta” – quanto de propiciar uma aliança com os aparelhos jurídico-policiais do Estado, já indicada pelo apoio decisivo à derrota da PEC 37 no parlamento. A proposta de emenda à constituição visava a garantir que polícia, ministério público e poder judiciário dividissem entre si o trabalho na atividade judicial, ou seja, as atividades de investigar, acusar e julgar. Segundo essa divisão, a polícia investigaria, o MP acusaria e só o juiz julgaria. Assim, nenhuma corporação poderia abrigar dentro de si as mesmas atividades. Embora a imensa maioria dos manifestantes não tivesse a menor ideia do que era a PEC 37, nem para que servia, o Jornal Nacional indicou o caminho, como vimos, e os inúmeros “amarelinhos” que começaram a aparecer a partir do dia 19 de junho tornaram-se defensores da causa.

Na maré de comoção nacional que se instaurou depois das insurreições, a PEC 37, que antes era dada como ganha no Congresso, teve derrota fragorosa de 430 votos contra 9 em plenário. Foi o começo de um namoro ardente entre mídia e corporações jurídico-policiais do Estado, que caminhou para uma lua de mel que prometia casamento duradouro e feliz. A partir desse instante, o golpe se deu sob a forma de parceria entre a mídia e o aparelho repressivo do Estado. Como e por que se deu essa parceria?

Primeiro temos a defesa das pautas corporativas do aparelho jurídico-policial e depois o vazamento seletivo, sistemático e ilegal de trechos de depoimento comprometedores amplamente novelizados e transformados em espetáculo para um público cativo. A partir de 2014, especialmente com o aprofundamento da disputa eleitoral daquele ano para a presidência, a operação conhecida como Lava Jato passa a dominar e a colonizar o espaço público com a criminalização do PT e da base de apoio ao governo. O “cordeiro do sacrifício” aqui é o Partido dos Trabalhadores.

Ainda que os partidos da base governamental como o PP e o PSC, tivessem nas mãos e mantivessem segredos



na Petrobras, cujo esquema de propinas constitui a base da Lava Jato, a opinião pública não esperava coisa muito diferente deles. Percebidos como partidos fisiológicos que funcionam como “balcão de negócios” maldisfarçados, o envolvimento de políticos ligados a esses partidos em escândalos não produz comoção. O contrário se dá com o PT. Partido que surge como opção a uma forma corrompida de fazer política, ele se vê enredado na maior crise de sobrevivência de sua história, com uma investigação que lhe rasga por dentro e lhe custa alguns dos melhores quadros, chegando a ameaçar seu líder maior.

Na raiz dos problemas está o assim chamado “presidencialismo de coalizão” que caracteriza o sistema político brasileiro. Como o presidente muito dificilmente vai eleger também uma maioria parlamentar que possa formar sua base de apoio no Congresso Nacional, ele será obrigado a compor e entrar em uma série de acordos e barganhas com as forças dominantes no Congresso se quiser governar. Uma série de fatores estruturais convergentes, como fragmentação partidária, massiva sobre-representação de interesses econômicos com agenda conservadora via financiamento privado de eleições e a pouca representatividade e responsabilidade em relação ao eleitor que o sistema de lista partidária confere, faz do legislativo um bastião dos interesses mais conservadores da sociedade brasileira.

Em um governo como o de FHC, tão ou mais conservador que o legislativo, especialmente em questões econômicas e distributivas, o embate de interesses foi menor, e por conta disso o sistema como um todo foi celebrado como causa de estabilidade política. Exceto na muito discutida e por todos conhecida – ainda que jamais investigada – compra de votos para a reeleição de FHC, reina, de resto, o silêncio acerca do funcionamento real dos acordos políticos e subpolíticos que permitiu a governança. Na época falava-se abertamente do então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que recebera a alcunha de “engavetador-geral da República”, já que o destino dos processos que pudessem ser incômodos ao governo

era, ao contrário do que ocorreria mais tarde com o PT, invariavelmente a gaveta.

O governo do PT, apesar de propenso a compromissos, representou um desafio ao funcionamento do sistema. Como podia o executivo assumir de modo proativo um governo empenhado em reformas com um Congresso majoritariamente conservador e às vezes reacionário? O Mensalão foi a resposta a isso. Em vez de retalhar e dividir o aparelho de Estado e assim reduzir o impacto de reformas consideradas urgentes, decidiu-se simplesmente comprar o apoio de políticos ligados principalmente a pequenos partidos fisiológicos que quase sempre funcionam como fachada de "balcão de negócios".<sup>48</sup> O cálculo "pragmático", com alguma dose de cinismo, deve ter levado em conta mais ou menos o seguinte argumento: por que entregar Petrobras, Furnas e outras companhias estatais que fariam o deleite do político típico dos partidos que existem tão somente para "assaltar o Estado", sem qualquer projeto para a sociedade, se seria muito mais barato e menos comprometedor para a eficiência estatal simplesmente pagar pelo apoio de políticos venais em dinheiro vivo?

Todos nós sabemos como esse filme terminou. Depois dele, a relação do PT com o Congresso majoritariamente comprado por dinheiro e para fazer mais dinheiro – para a elite econômica que o compra e para si mesmo – tinha que se dar de modo mais convencional: entregando as empresas e os cargos públicos para o saque de praxe. A Petrobras e as suas diretorias de investimento bilionário, em época de pré-sal e reservas fabulosas, foram a cereja do bolo do saque. Também o esquema ilegal na Petrobras existia desde muito tempo. O próprio FHC o cita no seu livro recém-publicado e assume ter sido alertado por Benjamin Steinbruch, embora nada tenha feito.<sup>49</sup> Paulo Francis também já havia denunciado o esquema em 1996<sup>50</sup> e, sem as provas que só surgiram agora, foi processado e condenado. Também nesse caso, ainda que os partidos de sustentação do governo tenham sido os principais envolvidos, PP e PMDB à frente, foi a corrupção petista que provocou alarde e comoção social.

As primeiras revelações do escândalo já saíram no contexto da luta eleitoral de 2014 entre Dilma e Aécio Neves. A derrota conservadora ocorreu muito mais pelo fato de que um discurso moralizador na boca do candidato Aécio Neves era tão pouco crível, que mesmo as primeiras referências à operação Lava Jato, tornadas espetáculo e reivindicadas pela nossa imprensa marrom do pior modo possível, não impedem a derrota do candidato. Para quem imaginava, no entanto, que as eleições poriam um ponto final na disputa o “Day after” das eleições provaria o contrário.

Já a partir de novembro de 2014, uma série de prisões espetaculares e os assim chamados “vazamentos seletivos”, cuidadosamente orquestrados entre os participantes do complexo jurídico-policial do Estado e a mídia conservadora, criaram uma atmosfera de linchamento político. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que havia confessado saber dos esquemas sem nada fazer, agora forja surpresa e diz no dia 14 de novembro de 2014 que estava “envergonhado, como brasileiro, de falar sobre o que estava acontecendo na Petrobras”. O clima para a deslegitimação final do governo<sup>61</sup> estava pronto. Dia após dia as televisões e os jornais bombardearam o público com trechos de depoimentos selecionados – os quais deveriam estar sob segredo de justiça – para provocar impacto. A criminalização do PT – e, por extensão, do projeto inclusivo que ele representou – passou a partir daí a ser uma construção incansável dos dois principais parceiros do golpe: o complexo jurídico-policial do Estado e a mídia conservadora.

É fácil mostrar a falsidade de toda trama urdida por infinitos vínculos pessoais e impessoais entre esses dois atores que posam de não políticos apenas para melhor exercerem seu papel político. Na base de toda a farsa estava a ideia de que os paladinos da justiça e os jornalistas da imprensa brasileira, com a TV Globo à frente, tinham entrado, afinal, em uma luta histórica de vida ou morte pelo combate à corrupção no Brasil. Essa foi a grande fraude que atingiu em cheio a esfera pública brasileira completamente desprotegida contra esse ataque conjunto e muito bem articulado.

A fraude ficou clara quando se "fulanizou" a corrupção, empregada como arma seletiva para se atingir o inimigo político. Quando se personaliza a corrupção, o efeito de controlá-la ou de mitigá-la é reduzido ao mínimo. A personalização da corrupção serve apenas à sua continuidade, já que o arranjo institucional que a torna possível não é tocado.

Como o público em geral tem dificuldade em compreender o funcionamento da sociedade e de suas diversas esferas de alta complexidade, como a economia ou a política, a personalização da corrupção não nos ajuda em um centímetro a compreender essa complexidade, que desafia inclusive os especialistas. Ao contrário, ela confere a falsa impressão de que a vida social é regida por intencionalidades individuais, como nas novelas. Divide-se a vida em bandidos e mocinhos, e com isso se infantiliza e se imbeciliza uma sociedade como um todo.

Uma imprensa que se presta conscientemente a esse papel não esclarece seu público. Ao contrário, manipula na direção que mais lhe convém as emoções que o público sente, mas não compreende. Uma efetiva vontade de superar a corrupção entre nós teria exigido um debate acerca de quais arranjos institucionais são necessários para isso. Os heróis são muito poucos. A maior parte das vezes, inclusive, como a história nos ensina, os supostos heróis são os verdadeiros canalhas. Como todos somos humanamente falíveis, o único remédio para mitigar a corrupção são inovações institucionais que possam zelar por transparência.

A corrupção é sempre um dado estrutural, tanto da ação de mercado quanto da ação do Estado, em qualquer lugar. As sociedades que lograram melhor mitigar e controlar minimamente a corrupção o fizeram por mudanças institucionais, como o financiamento público das eleições. Não foi, no entanto, esse debate que vimos. E não houve defesa do financiamento público em toda a farsa montada para o público, mas apenas a "fulanização" seletiva ligada à criminalização do PT e de seu governo. Também não houve qualquer discussão acerca de maior transparência na relação

entre economia e política, que é a questão central da corrupção nas sociedades modernas. Existiu apenas uma ação centrada no núcleo empresarial, as grandes empreiteiras, que havia crescido com o PT no poder. Isso, embora as contribuições tenham sido feitas para todos os partidos de modo fraternal. Mas se não foi para combater a corrupção, qual foi o mote?

Como em toda a história republicana brasileira, o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados. Isso sempre ocorre quando existem políticas que envolvam inclusão dos setores marginalizados – que implicam menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento do salário relativo dos trabalhadores, o que também não os interessa – ou condução pelo Estado de políticas de desenvolvimento de longo prazo. A ideia é que a riqueza do país já tem dono, ou seja, ela é privada e deve ser privatizada. São esses os dois crimes que estão sempre verdadeiramente por trás de toda manipulação da corrupção brasileira.

Ao se “fulanizar” a corrupção, nunca se atinge o objetivo de seu real combate, mas apenas consegue-se derrotar o inimigo de classe. Como o combate à desigualdade é um valor universal, que não se pode atacar em público sem causar forte reação, tem-se que combater essa bandeira inatacável com outra bandeira inatacável. No Brasil, o suposto combate à corrupção sempre foi essa muleta usada de modo manipulador e falso. Como no caso recente do golpe de abril de 2016, desde que se elimine o inimigo político tudo voltará a ser como antes, sem qualquer debate real e sem nenhuma mudança estrutural. Não interessa sequer aos devotados moralistas de ocasião qualquer mudança efetiva. Como poderiam, afinal, eliminar os inimigos que virão no futuro? Quer seja mecanismo consciente e cínico, quer seja pura ingenuidade de alguns manipulados, o resultado é o mesmo: a “fulanização” da corrupção só serve à sua continuidade.

O falso combate à corrupção surge, assim, no Brasil como o testa de ferro universal de todos os interesses inconfessáveis que não

podem se assumir enquanto tais. Por que o falso combate à corrupção assume esse papel? São duas as razões básicas: primeiro, a corrupção pode ser vendida como de interesse de todos, servindo como uma luva para todo tipo de mascaramento de interesses particulares em interesse geral; em segundo lugar, ninguém diz verdadeiramente o que é corrupção, tornando-a, precisamente por seu caráter impreciso e maleável, o mote ideal de todo tipo de distorção sistemática da realidade.

Até bem pouco tempo atrás apenas o funcionário público podia ser corrupto segundo a letra da lei. Os donos do mercado, como dissemos anteriormente, compraram a elite intelectual para a confecção e propagação dessa verdadeira fraude<sup>52</sup> com o prestígio de ciência. A definição de "corrupção" prova-se, portanto, arbitrária e variável, mudando conforme o interesse de quem manda na sociedade. Ao conseguir incutir na sociedade que corrupção é apenas aquilo que o funcionário do Estado faz, os donos do mercado podem cometer abusos legais e ilegais de todo tipo sem que nem a legalidade nem, muito menos, a legitimidade de seus atos seja posta em xeque. Esse é o real poder por trás da infantilização proposital da sociedade como um todo pelo engodo da manipulação do mote da corrupção.

Como vimos anteriormente, não "deveria" ser considerado corrupção impor uma taxa arbitrária – no caso, a maior do mundo – acoplada a todos os preços que pagamos no mercado que drena o produto do trabalho de todos para o bolso de uma meia dúzia de privilegiados? É isso que, basicamente, a taxa de juros faz. Não é percebida assim porque os financistas têm um exército de jornalistas e articulistas que defendem que a taxa de juro alta serve não para encher o bolso de meia dúzia de privilegiados, mas para proteger a nós todos contra a inflação. Como isso é dito em todos os jornais e em todas as televisões, os não especialistas, sem armas para se defender, acabam acreditando.

O controle da mídia pelos endinheirados é, portanto, fundamental para distorcer e sacralizar todos os seus interesses, que, longe

de serem percebidos como criminosos, são sacralizados como contribuição à sociedade em geral. Essa é uma "corrupção legal", ou seja, engana-se a população por meio de um discurso que afirma o que é essencial na corrupção, mas trata-se de uma enganação legalizada. A evasão gigantesca de impostos por meio de paraísos fiscais no exterior é muitíssimo maior que toda a corrupção estatal combinada. Mas esse tema não se torna nunca um mote a ser perseguido pela imprensa, ela própria tendo seus patrões como os primeiros beneficiários desses expedientes. Essa, por sua vez, é uma corrupção ilegal, mas não é percebida como tal, já que quem a comete são os patrões da mídia e seus aliados da elite do dinheiro, e não seus eventuais inimigos no Estado.

Uma imprensa parcial e comprada é, portanto, decisiva para a qualidade da democracia em uma sociedade moderna. Ela tem o poder de distorcer sistematicamente a percepção dos problemas sociais, como nos exemplos anteriores, e de, em circunstâncias favoráveis, pautar o que deve ser discutido e como deve ser discutido. Em certos contextos, como vimos com o *Jornal Nacional* nas "jornadas de junho", é possível, inclusive, "criar" fatos e versões. O poder da imprensa na sociedade midiática moderna não é ilimitado, mas é decisivo. Como a informação é absorvida sempre de cima para baixo, a inexistência de pluralidade de perspectiva e de opinião é fatal para a democracia. Afinal, esta não significa apenas possibilidade de votar, mas de votar com independência e autonomia.

Nas últimas décadas a imprensa passa por um processo de mudança estrutural importante. Como no resto das grandes corporações sob comando do capital financeiro, a relação de comando se verticaliza de modo absoluto. Esse fato permite muito maior controle do conteúdo de cima para baixo. Deixam de existir os debates nas redações, e quem gosta de discutir, segundo me relatou um informante privilegiado dessa mudança, passa a ser discriminado como chato e problemático. Paralelamente ocorre um expurgo dos nomes mais críticos e independentes, especialmente a partir da

década 1990. Muda o perfil dos repórteres e redatores, que passam a ser bem mais jovens e dóceis ao comando de cima para baixo. Produz-se uma homogeneidade de pensamento em conformidade com o processo de obrigatória obediência vertical. Instaura-se, inclusive, uma competição pela obediência e pela antecipação dos desejos dos chefes lá em cima.

A reação dos governos petistas a este estado de coisas com apoios seletivos a jornalistas e pequenos blogs se revelou amplamente insuficiente. Uma TV pública de boa qualidade como se tem em países europeus e o aumento da competição empresarial nesta área teriam sido fundamentais. O decisivo é o acesso efetivo à informação plural e alternativa. É isso que o Brasil não tem. Faltou à esquerda uma reflexão madura sobre o papel central da mídia na construção seletiva e distorcida do debate público.

De certo modo, ocorre no jornalismo processo semelhante ao que já havia ocorrido nas fábricas com a dispensa dos trabalhadores com passado sindical em favor dos jovens sem passado político, além da entronização da ideologia que substitui a noção de trabalhador por aquela do parceiro e aliado do dono do empreendimento. O patrão pode a partir daí economizar e eliminar os supervisores, antes um gasto fundamental do capital, que agora não precisa mais de vigilância do trabalhador, já que este agora vigia a si próprio e aos outros, para o bem do comando. O capital financeiro cria a corporação que lhe convém não apenas na produção de mercadorias materiais, mas, agora, também na produção de mercadorias imateriais e simbólicas.

No contexto da democracia moderna a informação tem que ser plural, e o indivíduo tem que poder avaliar opiniões alternativas para formar seu julgamento próprio e autônomo. Sem isso não existe voto consciente. A ditadura do pensamento único na grande mídia brasileira compromete, portanto, a qualidade de nossa democracia e a qualidade da sociedade que construímos. Constrói-se um pensamento homogêneo na imprensa dominante que apenas repete mantras no interesse dos endinheirados. Jornalistas



independentes foram expurgados dos grandes jornais e cadeias de televisão, de modo que temos, hoje em dia, a dominância daquilo que Otávio Frias, dono do jornal *Folha de S. Paulo*, chamou em artigo recente de “editorialistas paranoicos”. O mote desse grupo de pseudojornalistas é a criminalização da esquerda e a perseguição seletiva de seus líderes.<sup>53</sup>

Os telejornais e programas de entrevistas da TV Globo, por exemplo, existem unicamente para bombardear o telespectador com visões parciais, quando não diretamente falsas. Como não existe a pluralidade e o contraditório que caracterizam a atividade jornalística em qualquer país decente, monta-se um circo mamembembe para propiciar uma caricatura de discussão e debate. Se tomarmos, por exemplo, o programa *Painel*, apresentado e dirigido por William Waack, da *Globo News*, vemos um convescote entre intelectuais e políticos conservadores que pensam todos a mesma coisa e fazem de conta que participam de um debate de ideias. Os telejornais do mesmo canal de TV reúnem comentadores que concordam entre si e apenas, como nas ditaduras, veiculam visões distorcidas, parciais e interesseiras sobre a realidade. Foi o que aconteceu no golpe e permitiu que uma visão “fulanizada”, parcial e unilateral do mesmo fosse, sempre sem contestação, mostrada ao telespectador. Isso não é informação decente em nenhum lugar do mundo. É veneno midiático.

Desigualdade *versus* moralidade, ou Lula *versus* Sérgio Moro: enfim a direita ganha um discurso e um líder para chamar de seu

A união dessa caricatura de imprensa servil ao dinheiro com os interesses corporativos da casta jurídica no comando da operação Lava Jato foi o fio condutor do golpe de Estado que acabamos de experimentar. Vale a pena seguir os passos desse namoro que promete casamento duradouro. Para isso é necessário conhecermos

melhor a noiva desse casamento: o aparelho jurídico-policial do Estado.

Antes de tudo, para evitar simplismos, é fundamental perceber que qualquer campo de atividade social é marcado por divisões e conflitos. No nosso caso, não existe um único e indivisível "campo das instituições jurídico-policiais", mas sim vários. Existem neles pessoas com capacidade reflexiva, com compreensão ampla e de longo prazo de seu próprio papel. Todo campo de atividade humana apresenta oposições estruturais e conflitos comuns.

A principal oposição é sempre a que existe entre aqueles, sempre minoria, que incorporam na sua vida e no seu trabalho os valores impessoais de seu campo de atividade e aqueles, sempre maioria, que incorporam na sua atividade uma perspectiva corporativa, que promete ganhos pessoais no curto prazo, pela mera acomodação ao jogo existente. Quando essa acomodação pode ser travestida de suposta defesa de valores impessoais, a perspectiva corporativa ganha uma legitimidade inaudita. Foi precisamente o que aconteceu com as corporações jurídico-policiais do Estado brasileiro na sua decisiva participação no golpe de Estado recente.

É preciso saber que o direito só se desvincula historicamente da política nos últimos séculos do desenvolvimento ocidental. Antes, ele era subordinado à política. O que era considerado justo era fruto de um julgamento político que impunha a vontade do mais forte. Esse era o "direito material" para Max Weber, ou seja, o fundamento do que era percebido como direito estava fora dele e representava sempre a vontade do mais forte, do mais rico e do mais poderoso.<sup>54</sup> O caminho para a autonomia da esfera jurídica se dá com a noção de "direito formal", ou seja, segundo a qual o conjunto de princípios, procedimentos e regras processuais tem a função de preservar a autonomia do que é jurídico por oposição, precisamente, ao que é político.

Nos sistemas como o nosso, em que a entrada no sistema jurídico se dá por concurso público ou por delegação da autoridade política, e não pelo voto, a intenção é clara. O agente jurídico age

por delegação da soberania popular, advinda do voto democrático, precisamente para que possa manter sua independência em relação à opinião pública. Esta é variável, afinal, o que é popular hoje pode não ser amanhã. Além disso, como vimos, ela é facilmente influenciável e manipulável. Em certos casos, a opinião pública é simplesmente aquilo que se publica nos jornais.

As regras e os procedimentos jurídicos não são, como pensa o leigo, entraves à justiça rápida. Eles são entraves à injustiça. A noção central da concepção de justiça ocidental é a universalidade de tratamento. O direito serve para garantir a universalidade de tratamento a todos de modo a prevenir a injustiça. Se existe universalidade de tratamento, temos a garantia de que nossos direitos individuais não serão lesados por conjunturas politicamente adversas. É para isso que o direito serve. Por conta disso os procedimentos são tão importantes. É o respeito a eles que garante que todos possam ser tratados do mesmo modo.

O fato de que os juízes em países como Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos sejam figuras discretas e sóbrias, que inclusive evitam a publicidade e a polêmica pública, não se dá por acaso. É que agindo desse modo eles cumprem melhor sua função. O juiz fala nos autos, e não na imprensa e nos jornais. Sem isso ele não tem o distanciamento das disputas políticas que é fundamental para sua ação. Nos tempos recentes não tivemos apenas a judicialização da política, mas, muito pior, a politização da justiça. A linha é fluida, mas o princípio é claro: sempre que houver predominância da política sobre o direito, este perde sua autonomia. Temos então um simulacro de direito e uma caricatura de justiça. Foi precisamente isso que tivemos na operação Lava Jato.

O juiz Sérgio Moro, que conduziu a operação, foi alçado, pela manipulação midiática, à figura política maior da direita. Devemos a ele, inclusive, o fato de a direita brasileira ter saído do armário e ter, finalmente, não apenas se assumido enquanto tal, mas também conseguido construir um discurso tão poderoso quanto o combate à desigualdade que havia se tornado a bandeira invencível da

esquerda. Isso não é pouco. O país estava dividido em duas facções desde a primeira eleição de Lula à presidência. Essa divisão só fazia aumentar em tensão e engajamento e refletia clara luta de classes, em que a classe média e os ricos, em um país tão desigual como o nosso, estava destinada a perder todas as eleições.

A perda da eleição de 2014, que a classe média engajada – que havia votado em massa em Aécio Neves – imaginava ganhar, conferiu uma sensação de desespero. O desespero de que eleitoralmente não havia saída. Foi uma sensação compartilhada com a elite do dinheiro e seus aliados de sempre na imprensa e na mídia. Afinal, em uma sociedade em que 70% das pessoas não possuem privilégios de qualquer espécie, uma esquerda minimamente articulada só perde eleição se for muito incompetente. É aí que entra a figura política do juiz Moro. Ele representa a incorporação do discurso que faltava para os manifestantes de junho de 2013 incensados pela mídia. As bandeiras abstratas anticorrupção das jornadas de junho tornaram-se concretas com a operação Lava Jato. Agora a articulação do partido da elite estava completa: o partido da rapina econômica tinha não apenas seus braços de sempre na mídia e no Congresso, mas possuía uma base social engajada e motivada e um discurso potente e concreto.

Trata-se de um discurso construído há décadas para manipular o tema da corrupção. Por meio dele, torna-se tanto a corrupção legal quanto a ilegal invisíveis no mercado comandado pela elite do dinheiro, de modo a usar o Estado e quem o ocupa como bode expiatório conveniente sempre que necessário. Agora, esse discurso é mais necessário que nunca. A construção da violência simbólica necessária para a retirada do inimigo de classe do comando do Estado foi refinada. Como toda narrativa midiática, o discurso da moralidade na política tem que ter também apelo afetivo, como acontece nas telenovelas, com seus galãs e heróis. A juventude do homem de olhar sempre focado no horizonte distante, de rosto quadrado, cabelo bem-cortado, de terno e camisas escuras e poucos sorrisos no rosto sério montam a estética perfeita para o

portador do discurso “doa a quem doer” e do “estamos refundando o Brasil”. Sérgio Moro foi a figura perfeita para a estratégia do golpe funcionar, seja para a classe média nas ruas que o via como um dos seus, seja para os membros do aparelho jurídico-policial que o percebiam como a encarnação perfeita do partido corporativo que se traveste de partido do bem comum.

Existe uma correspondência perfeita entre a classe média e a classe média alta que saiu às ruas com o perfil do novo tipo de operador jurídico que se instala no Estado. Com os mais altos salários do setor público e privilégios de todo tipo – que se juntam ao salário de modo permanente –, com os quais os cidadãos mortais sequer sonham, esses operadores se percebem como empresários de si mesmos e sonham com níveis de vida dos grandes advogados das bancas privadas. Eles buscam combinar a segurança e a estabilidade do servidor público, cuja contraparte são salários moderados, com os altos salários e vantagens das bancas privadas sem o risco e a insegurança que permeiam o mercado<sup>55</sup>. É o melhor dos dois mundos. A atração que esse tipo de privilégio de casta exerce é tão grande que o curso de direito se torna um dos mais concorridos logo após a tradicionalíssima medicina. Como diz o procurador da República e ex-ministro da justiça Eugênio Aragão, que conhece o tema como poucos, o pior é a total ausência de controle ou de *accountability*. Esses órgãos não são controlados por ninguém, e o controle é sempre interno, visando a interesses corporativos, o que para a proteção de interesses nacionais revela-se como uma completa desgraça.<sup>56</sup>

Como todo partido corporativo, a casta jurídica, filha das classes do privilégio que podem comprar o tempo livre dos filhos para passar em concursos técnicos difíceis, tem de construir um *éthos* próprio. Essa ética corporativa envolve uma narrativa acerca de sua própria perfeição e uma legitimação do motivo pelo qual essa casta é melhor do que o restante dos mortais. Sem isso não se legitima a busca colegiada por sempre mais privilégios. Estes têm que parecer justos inclusive para quem desfruta deles. Se não for

assim, não se pode protegê-los com convicção e alma. São dois os elementos centrais da ética corporativa da casta jurídica.

O primeiro é a legitimação pelo "concurso". Funciona mais ou menos assim: se eu passei nesse concurso tão difícil e tive que estudar quatro anos para ele, então eu mereço todas as benesses e privilégios, já que custou esforço meu e de minha família. Isso é muito semelhante à legitimação dos mandarins da China patrimonialista.<sup>57</sup> Os mandarins eram uma casta privilegiada de funcionários do Estado que cobravam impostos dos camponeses, ficando com boa parte no próprio bolso. A entrada na carreira já era também por concurso, que exigia anos de dedicação e às vezes todas as economias da família. Em contrapartida, depois de efetivados os mandarins passavam a "cobrar" da sociedade pelo esforço feito. O esbulho era legitimado por uma ética corporativa muito semelhante à da nossa casta jurídica de hoje: a garantia da ordem social por um estamento de notáveis supostamente superior intrinsecamente. As correspondências não param por aí. Para aumentar o saque e melhor chantagear o imperador, as rebeliões que associavam mandarins e frações da corte contra o próprio imperador, precisamente o que tivemos no caso atual do Brasil, não eram raridade.

Além da legitimação pelo concurso, a casta jurídica tem de se justificar, e este é o segundo ponto para a sua legitimação, dizendo que faz algo de importante para todos. Afinal, ela precisa dizer que faz alguma coisa para os outros também, e não apenas para si mesma. É aqui que entra o discurso de "vanguarda moral" do povo brasileiro. A Lava Jato criou um verdadeiro campeonato entre as diversas corporações jurídicas para ver quem ganha o troféu de "guardião da moralidade pública". O contexto criado de caça às bruxas é perfeito tanto para legitimar os privilégios mais descabidos quanto para campanhas paranoicas de redução sistemática das garantias constitucionais e democráticas, e para relativização de todas as garantias legais em nome da "limpeza moral" do país. O procurador Dalton Dellagnol, por exemplo, da equipe da Lava Jato,

junta assinaturas de evangélicos para apoio a projetos de lei que inibem mais ainda as garantias e direitos individuais.

O Estado policial é o melhor terreno não apenas para legitimar privilégios corporativos, mas também para permitir a apropriação e captura da agenda do Estado, com vistas a um aprofundamento cada vez maior do Estado de exceção. Afinal, quanto menos garantias aos direitos individuais e quanto maior o ataque à presunção de inocência, maior o poder relativo dessas corporações.

A regulação de um mercado espoliador e cartelizado, como o nosso, passa pela cabeça de poucos da casta jurídica. O Brasil teria muito a ganhar com o controle dos oligopólios e das práticas cartelizadas que caracterizam o mercado brasileiro. Isso, sem falar na evasão fiscal dos endinheirados. Mas o que dá manchete nos jornais e o direito aos quinze minutos de ribalta e luzes é tão somente os negócios do Estado criminalizado, especialmente quando ocupado pelo inimigo de classe. É a mesmíssima oposição entre o Estado criminoso e o mercado virtuoso criado pela nossa pseudociência servil, que depois foi naturalizada pela mídia. O mercado palco do saque de uma população desprotegida fica intocado pela sanha justiceira. O Estado, contra os inimigos de sempre, passa a ser o fio condutor único que liga de modo impessoal e invisível – e por isso mesmo de modo mais eficaz – todas as corporações da casta jurídica.

Nem todos os juízes e nem todos os operadores jurídicos pensam e agem conforme o sentimento de casta que acabamos de resumir. Mas estes ficaram, na conjuntura de reação conservadora, na defensiva. Como diz o sempre lúcido Eugênio Aragão: “O movimento das ruas se deixou apropriar por um dos lados do conflito corporativo. Deixou-se de cobrar o que realmente importa na investigação criminal: segurança jurídica, respeito aos direitos do investigado e o fim da violência policial e de disputas corporativistas.”<sup>58</sup>

A articulação entre mídia – como o braço dos endinheirados que cuida da violência simbólica –, comandando e estimulando as manifestações de rua da fração mais conservadora da classe

média, e a facção mais conservadora e corporativa da casta jurídica formou a linha de frente do golpe reacionário. A essa coligação se junta o fato de que os endinheirados partiram para o confronto nas eleições de 2014. Eles compraram, com o deputado Eduardo Cunha à frente, via financiamento de eleições, o Congresso mais reacionário e mais comprometido com o desmonte do incipiente Estado de bem-estar social das últimas décadas. Isso joga o PMDE, um partido de "centro" por conveniência desde 1988, no comando da direita do espectro político.

Foi, no fundo, uma grande vingança pela perda das eleições de 2014. Um esquadrão de tucanos que formavam a equipe de delegados da Lava Jato, e que havia participado ativamente – e nem sempre de modo adequado – da guerra eleitoral de 2014,<sup>59</sup> se une a correligionários, os quais, unidos à mídia conservadora, constroem passo a passo a atmosfera favorável para o golpe. A construção da grande fraude envolveu ilegalidades o tempo todo. Vazamentos ilegais e seletivos de depoimentos e de delações premiadas expostos na televisão todos os dias criaram o clima midiático para o verdadeiro linchamento televisivo. Como em todo linchamento, séculos de desenvolvimento jurídico e aprendizado moral foram para o esgoto. Ele envolvia manipulação de informação, seletividade de conteúdos, simplificação de questões complexas, estímulo aberto a pré-julgamentos, além da eliminação do contraditório e do direito de defesa. A presunção de inocência, marco fundamental da ordem jurídica democrática, foi para o brejo. O bombardeio era diário. A ordem era não deixar pedra sobre pedra.

De dezembro de 2014 até abril de 2016 a população viveu um bombardeio sem trégua. O aparelho jurídico-policial, com claras cores partidárias, como vimos, fornecia material ilegal em massa aos órgãos de imprensa, TV Globo à frente, que articulava, selecionava, manipulava e incendiava seu público com os jogos de dramatização e demonização do inimigo aprendido nas telenovelas. Os protestos de rua pipocavam em todo o país, com epicentro na capital paulista. Protestos maciços em março, abril e agosto de 2015



se realizaram em mais de duzentas cidades do país. A combinação de vazamentos seletivos ilegais e dramatização midiática com os protestos de rua se revelaram esmagadores.

O governo ficou acuado e aderiu, em desespero, às bandeiras do inimigo. No campo econômico, adotou um ajuste fiscal suicida que implica afastamento progressivo de sua base de apoio popular. Os interesses que haviam sido desafiados em 2012 agora mandavam e desmandavam no próprio Palácio do Planalto. Nada disso aplacava a sanha revanchista. No campo político, o governo, e muito especialmente a presidenta, davam total apoio às investigações, que se revelariam mais tarde seletivas e partidárias aos olhos de todos. Falava-se, inclusive, nos círculos mais íntimos de poder, que a presidenta percebia seu legado presidencial mais importante precisamente no combate à corrupção. Daí o apoio explícito ao livre curso das investigações da Lava Jato. Havia a crença, que hoje revela toda a sua ingenuidade, no caráter imparcial de uma investigação levada a cabo por inimigos partidários.

Esses dois erros conjugados se revelaram fatais. Na guinada à direita da política econômica, a presidenta perdeu sua base de apoio popular, que se sentiu traída. Ao não perceber a armadilha da politização da Lava Jato, ela conferiu legitimidade a uma operação que hoje todos percebem como parcial e tendo como fim principal a criminalização da esquerda e de seu principal líder. Até o episódio decisivo da “prisão” de Lula, muitas pessoas na esquerda acreditavam nos propósitos republicanos da Lava Jato. Isso tem a ver com a colonização da esquerda pelo discurso conservador que demoniza o Estado na noção de patrimonialismo. Como esse discurso capenga e superficial também contaminou a esquerda, ela ficou indefesa e sem contradiscurso quando este se mostrou mais necessário.

Ao mesmo tempo a mídia construía sua apoteose. Uma fração de classe média branca, bem-vestida, e com alto nível de renda invadia as ruas. Era a mesma fração que sempre havia votado na direita, e que perdera nas últimas quatro eleições presidenciais.

Por meio do discurso da mídia manipuladora, ela era transformada em "povo" nas ruas. Muitos acreditaram, inclusive o governo inarticulado e sem defesa. A partir de março de 2015, ocorreu uma idealização completa das manifestações, celebradas como rebelião pacífica, democrática e popular. Famílias com a camisa do Brasil e bandeira em punho expulsaram as bandeiras de partidos. A televisão explicava que as manifestações contra o governo eram espontâneas e apartidárias, enquanto as manifestações a favor do governo eram organizadas por militantes partidários. A mentira da "espontaneidade" se juntou à desqualificação dos partidos que possuem efetiva penetração popular<sup>60</sup>.

A divisão de trabalho entre o linchamento televisivo e os vazamentos seletivos produziu dois efeitos conjugados que se retroalimentaram. O cerceamento da defesa das acusações sem provas se dava tanto na dimensão das ruas, com os painelaços e as vaias sempre que a presidenta fazia pronunciamentos públicos procurando se defender, quanto na esfera processual. O juiz Sérgio Moro passou a transformar prisões temporárias de cinco dias prorrogáveis por mais cinco em prisões preventivas, que se alongavam por meses a fio. Os recursos levados às instâncias superiores eram invariavelmente recusados.

O *habeas corpus*, fundamento histórico mais importante da ordem legal democrática, foi, na prática, suspenso para o inimigo político. Abriu-se caminho para a manipulação judicial da tortura psíquica, que a privação de liberdade implica. Sem falar em outras ameaças como o arrolamento da mulher e dos filhos no processo. O clima popular e televisivo apoiou todo tipo de excesso em nome da suposta limpeza moral do país. Não se falava da seletividade da perseguição, já que para quem estava nas ruas existia a certeza de quem são os culpados.

A essa altura, o engodo e a fraude atingiam seu clímax. Sérgio Moro, homem do ano da revista *Isto é* e personalidade do ano do jornal *O Globo*, foi blindado pela mídia e se tornou, na prática, a única figura da direita desde a ascensão de Lula em 2002 a rivalizar

com ele em prestígio. Contra o “campeão do combate à desigualdade”, criava-se o “campeão da luta pela moralidade”. Pela primeira vez a direita ganhava voz e passava a se expressar sem pejo. Em 2015, inclusive, a crise econômica e a agenda regressiva do governo fizeram com que setores das classes populares se identificassem com a bandeira dos moralistas de ocasião.

A direita do espectro político contava não só com a elite e sua tropa de choque na classe média, mas também com setores das classes populares, ainda que o núcleo do movimento continuasse nas mãos dos setores mais conservadores das classes médias. O fantástico de 13 de março de 2016, por exemplo, fez questão de procurar e mostrar a presença nas manifestações de pessoas de cor mais escura e de origem popular, ainda uma pequena minoria, para provar que o protesto abrangia todas as classes.

O ataque da Lava Jato a Lula, começando por sua condução coercitiva em março de 2016, tanto desnecessária quanto ilegal, mostrou o viés partidário da operação e sua real intenção de criminalizar o PT e, muito especialmente, seu líder maior. De fato, na política as pessoas representam interesses de grupos e classes sociais. Atacar Lula implicava, antes de tudo, em deslegitimar os setores sociais que ele representa e as políticas em seu favor, que agora começavam a ser desconstruídas. No governo e na esquerda, até os mais ingênuos não tinham mais dúvidas de que o combate à corrupção era mero pretexto. A incrível seletividade do processo agora ficava visível. As manifestações passaram a ser encabeçadas pela classe média mais conservadora e contraprotestos populares – organizados por manifestantes desqualificados pela mídia como “militantes partidários”, como se os camisas amarelas não o fossem – passaram também a ganhar as ruas.

O *timing* para o golpe passou a ser decisivo, e o juiz Sérgio Moro deu sua cartada final. Em uma tentativa de reorganizar o governo e ampliar sua base de sustentação popular, Dilma nomeou Lula como seu ministro da Casa Civil, com poderes de reconstruir o governo. O juiz Sérgio Moro decidiu – em atitude de alto risco

que em qualquer país decente teria levado a consequências severas, como a perda do cargo – efetuar o vazamento ilegal de uma conversa entre a presidenta e Lula. O diálogo entre os dois, breve e cifrado, foi logo interpretado como tentativa de salvar Lula da prisão, o que provocou um sem número de liminares e, na prática, o embargo da nomeação de Lula para a Casa Civil. Moro apostou todas as fichas e ganhou. Foi meramente advertido e se desculpou retirando-se de cena com o dever cumprido: foi o golpe de misericórdia em um governo que já estava nas cordas.

Com a inviabilização do golpe jurídico, que perdera sua aura de imparcialidade, entrou em cena o golpe parlamentar. Entrou em cena o Congresso regressivo, comprado por todo tipo de interesse econômico cartelizado, e eleito em 2014 sob o comando de Eduardo Cunha, desafeto do governo e disposto a buscar revanche depois que o governo tentara impedir sua eleição a presidente da Câmara. Cunha já havia enfraquecido o governo, por seu turno, com as assim chamadas pautas bomba durante todo o ano de 2015, praticamente impedindo-o de governar. Em uma manobra torpe, após ter visto fracassar sua chantagem para forçar o PT a livrá-lo na comissão de ética de cassação iminente, Cunha encaminhou a proposta de impeachment em ritmo célere contra a presidenta.

Ao contrário da hipótese do golpe jurídico, aqui não se tinha nenhum paladino justiceiro, mas sim políticos venais sem nenhuma credibilidade pública. Ainda assim o processo se consumou. Em um espetáculo grotesco, denunciado por toda a imprensa internacional, tivemos um impedimento que ficou, ao fim e ao cabo, desprovido de qualquer legitimidade. Daí vem seu caráter de ato de força e oportunismo. Oportunismo esse que é duplo: rapinar a riqueza nacional, oprimindo os trabalhadores do campo e da cidade, e esquentar a pizza do núcleo do atual governo envolvido até o pescoço na corrupção que, salvo poucas exceções, só atingiu os inimigos de classe.

...a ...  
...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

...a ...

### CAPÍTULO 3 .....

## Conclusão: ameaças e oportunidades à democracia

O golpe se deu, como vimos, por um amplo acordo de interesses, reeditando o "velho acordão brasileiro", entre as diversas elites, agora comandado pela elite financeira. É preciso prestar atenção à hierarquia entre os interesses, ou então nos perdemos no detalhe e na confusão. Ainda que as pessoas que eventualmente representam interesses possam estar no palco sob as luzes, forçando nossa atenção a se concentrar nelas, para compreender melhor o mundo é necessário perceber a hierarquia dos interesses mais e menos importantes, e como eles se juntam para produzir um objetivo comum. O primeiro interesse a ser considerado é o econômico. A elite econômica manda no mundo, uma vez que pode comprar todas as demais elites, seja em dinheiro vivo, seja em coisas que o dinheiro compra, como atenção midiática e prestígio construído.

Quando a elite econômica sob o comando da fração financeira se une contra a presidenta depois de ganhar a batalha pelo juro alto, ela desencadeia dois movimentos: aciona sua sócia no saque da sociedade, que é a mídia, especialmente a televisiva, como vimos ao examinar a estratégia de manipulação do Jornal Nacional na

federalização das manifestações de junho de 2013, e tenta comprar as eleições para o executivo e o legislativo nas eleições de 2014. Por pouco não conseguiu tudo. Mas conseguiu comprar centenas de deputados de vários partidos, via financiamento privado de eleições, sob o comando de Eduardo Cunha, formando o Congresso mais venal e mais reacionário de que se tem notícia no Brasil. O executivo é o que sobrou para o povo no jogo político. É o único poder que é verdadeiro fruto da soberania popular brasileira. É por esse motivo que o parlamentarismo é tão importante para a reação conservadora. Ele permite retirar completamente o povo da política.

Com a derrota do assalto ao poder executivo do candidato Aécio Neves, reinicia-se o movimento que já havia se formado em junho de 2013. Se não fosse por bem, ou seja, nas eleições, a experiência petista terminaria por mal, ou seja, pelo golpe de Estado. Para isso o interesse econômico teve que se unir a aliados de ocasião. Como vimos, o dinheiro tem sempre dois braços estratégicos: a mídia comprada e sócia no saque e o Congresso comprado. Mas um golpe bem perpetrado exige aliados dentro do Estado, que possibilitem a aparência de legalidade. É preciso criar um teatro para os tolos, ou seja, nós todos que assistimos de longe à farsa, que oscila entre a comédia e a tragédia.

Esse aliado de ocasião foi o aparelho jurídico-policial do Estado: uma casta jurídica, que se acredita especial e melhor que o restante da sociedade, e por conta disso é composta pelos verdadeiros marajás do Estado brasileiro, com um projeto de captura do Estado para seus interesses corporativos. Interesses esses que são tanto de ganhos materiais, que de tão nababescos fogem da transparência que o Estado tem em outras áreas,<sup>61</sup> como de ganhos políticos, na tentativa de se apropriar da agenda do Estado e virtualmente poder governar sem voto. O voto, inclusive, é visto por muitos dessa casta como a origem de todo mal. Desse modo, se o golpe iria se dar sob a forma jurídica ou parlamentar, era algo que dizia respeito a mero cálculo de conjuntura.

É a articulação desses três elementos principais – mídia venal, Congresso reacionário e comprado e a fração mais corporativa e mais moralista de ocasião da casta jurídica – que municiou e municia constantemente o golpe. Esses três atores trocam vazamentos ilegais e todo tipo de ilegalidade antidemocrática com tanta habilidade como o time do Barcelona troca passes. Reclamar com quem se a casta jurídica é o Lionel Messi do arranjo ilegal de fio a pavio?

Ocorreu no Brasil um processo lamentável de “desdiferenciação”, ou polarização, da esfera jurídica. Ela, que historicamente nasce quando se separa da política, processo que Max Weber denomina de passagem do direito material ao direito formal, como vimos anteriormente, efetivamente regrediu entre nós. Não há mais quem possa dizer onde está o limite entre o que é jurídico e o que é político no Brasil de hoje. Esse fato é gravíssimo, já que equivale a dizer que não temos, hoje em dia, mais justiça nem aparelho judiciário independente. Os juízes fazem política abertamente, representando partidos e seus interesses.

O golpe não teria acontecido sem a politização do judiciário. Ninguém guardou ou defendeu efetivamente a Constituição. Direitos individuais sagrados foram e são profanados. Foi, na realidade, em grande medida, um golpe jurídico – um golpe que articula capitalismo selvagem de rapina e enfraquecimento das garantias democráticas. As perspectivas são de um capitalismo selvagem do saque à riqueza nacional, com um Estado repressivo e policial. Sua execução, no entanto, foi obra de mestres do engodo e da hipocrisia. O ataque à democracia e às garantias constitucionais se deu em nome da justiça e da moralidade.

A elite financeira, a mídia – sob comando da TV Globo –, o parlamento comprado e a casta jurídica se unem e decretam o fim do governo eleito. Com o golpe consumado, todos os interesses que se articularam partem direto para a rapina e para o saque do espólio. Vender as riquezas brasileiras, o petróleo à frente, cortar os gastos sociais, posto que o que vale agora é apenas o interesse do 1% mais rico, e fazer a festa da turma da “privataria”. Os pobres



voltam ao esquecimento, à marginalidade e aos salários de escravos por serviços à classe média e às empresas dos endinheirados. Tudo como antes no quartel de Abrantes.

Os juros bancários escorchantes, entre os maiores do mundo, representam uma espécie de taxa universal que se adiciona a todos os preços do mercado, onerando todas as classes sociais, de modo arbitrário, para drenar o produto do trabalho de todos para o bolso da elite do dinheiro. Como nota Ladislau Dowbor, “a parte da renda familiar que vai para o pagamento das dívidas passou de 19,3% em 2005 para 46% em 2015: ninguém entra em novas compras com esse nível de endividamento. Os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica e crescimento estimulado pela demanda”.<sup>62</sup>

Essa é a real “corrupção brasileira” que faz com que o trabalho de todos vá para o bolso de menos de 1% de privilegiados, que não apenas vampirizam a sociedade e sua capacidade produtiva, mas colonizam a democracia e a sociedade para seus fins. Eduardo Cunha é o representante dessa elite no Congresso e levou o PMDB do centro à direita do espectro político apenas para proteger os interesses únicos dessa elite. É por conta disso que essa corrupção absurda é “legal”. Compraram centenas de deputados para que jamais se passe uma lei que limite o saque dessa elite infame sobre uma sociedade desprotegida. A mídia, também comprada, faz o trabalho adicional de distorcer o mundo e virá-lo de ponta-cabeça.

Os canais de TV que apoiaram o golpe, como prêmio pelo trabalho, têm os cargos responsáveis pela propaganda do governo de volta às suas mãos, o que lhes permite encher os próprios cofres, e mandam fechar a TV Brasil<sup>63</sup> – um canal de televisão que começava a ter níveis de audiência inéditos por conta da cobertura imparcial do momento político. Com o fechamento, não se tem mais nenhuma concorrência na distorção sistemática da realidade. O

ensinamento do patrono da mídia nacional, Assis Chateaubriand, é seguido à risca: as empresas de comunicação são o melhor modo de se ganhar dinheiro por conta da possibilidade de “chantagear a política”<sup>64</sup> de modo sistemático.

A casta jurídica, por sua vez, consegue pornográfico aumento nos seus salários já nababescos, em meio à grave crise, e mostra todo o seu descaso e descolamento da realidade social vivida pelos outros cidadãos. Os tolos são a classe média e, mais ainda, a parte do povo que saiu às ruas para funcionar como base social para esse banquete do privilégio de alguns, acreditando, efetivamente, que estava renovando o país. Não faltou aviso.

Mas o mundo dos interesses é complexo. Se eles não se justificam moralmente, têm vida curta. Não se pode apenas botar a grana no bolso ou amealhar mais poder na mão grande, assim sem mais nem menos. É preciso sempre, só os verdadeiramente tolos não percebem o óbvio, “justificar” o saque. O jogo tem que ser bem feito. A mentira bem construída tem sempre verdades parciais. Todos os atores envolvidos jogaram todas as suas cartas, e jogaram alto. Podem ganhar, mas também podem perder muito. O interesse econômico que antes era literalmente invisível se mostra, hoje, à luz do dia. O interesse de assaltar a sociedade como um todo via taxa de juros para o bolso de meia dúzia agora torna possíveis posições políticas antifinanceirização que não existiam antes entre nós. Um Bernie Sanders tropical se torna possível e até inevitável.

A distorção sistemática e criminosa da realidade por uma mídia sem qualquer disfarce também compromete o capital de confiança que essas empresas possuíam em várias camadas sociais. Não se pode mentir e fraudar tanto impunemente. Qualquer reforma política tem que, antes de tudo, considerar o veneno midiático conscientemente produzido para enganar o público. A TV brasileira, Globo à frente, é ridícula no seu partidarismo para quem quer que tenha algum padrão alternativo de comparação. Não se joga o capital acumulado em confiança no lixo. As empresas de comunicação,

se são empresas como as outras, querem dinheiro antes de tudo. A mediação para o acesso ao dinheiro é a ilusão da imparcialidade. Até um povo imbecilizado como o nosso pode passar a compreender melhor o jogo da empulhação a que é submetido.

A elite financeira e a imprensa e parlamento comprados têm agora, nas mãos, um governo sem prestígio e fraco, sem qualquer apoio popular. Vem daí a estratégia de terra arrasada. A ideia é fazer o país regredir cinquenta anos em cinco meses – uma jogada extremamente arriscada. Especialmente porque, como qualquer espectador de filmes de gângsters sabe muito bem, assaltar um banco é fácil; difícil é dividir o saque depois. A estratégia do golpe uniu vários parceiros com um objetivo comum. Mas agora é a hora de dividir o produto do assalto. Começam os conflitos, começa a desconfiança mútua, começam todos a acharem que podem ter a fatia maior do butim. O conflito mais importante, para nomear apenas um deles, é entre os dois antigos parceiros que disputam o Estado e sua agenda: os políticos, os do PMDB e PSDB à frente, envolvidos em irregularidades que agora começam a vazarem; e a casta jurídica, envolvida até o pescoço no golpe, correndo risco de ser desmascarada e tentando desesperadamente manter a aparência de imparcialidade. A luta aqui é de vida e de morte.

Quando escrevo as páginas finais deste livro, acaba de ser divulgado mais um vazamento seletivo. Nos vazamentos entre o ministro do planejamento do novo governo, Romero Jucá, e Sérgio Machado, também do PMDB, envolvido em acordos de delação premiada, o golpe se desnuda. Machado grava às escondidas uma conversa com Jucá em que fica explícito o motivo principal do golpe: barrar a Lava Jato e a consequências que teria sobre a classe política como um todo, e principalmente sobre os membros do governo interino. O texto é de uma clareza cristalina, e explicita a saída golpista como fruto do desespero de políticos do PMDB e do PSDB envolvidos até o pescoço no escândalo. Em qualquer outro lugar, com uma esfera pública mais combativa, tamanha clareza dos motivos torpes que levaram ao golpe teria feito o governo cair.

Mas nesses países o próprio poder judiciário não se envolve em golpes de Estado pelas mais mesquinhas vantagens corporativas. No nosso caso, vamos reclamar com quem? Com o bispo?

Tentou-se construir, inclusive, uma “novilingua”, do tipo que George Orwell cria no seu inferno autoritário<sup>65</sup>, tentando, com o desespero dos hipócritas, impedir – até a presidenta foi ameaçada – que sequer se usasse a palavra “golpe”. Expediente infantil e ridículo, se não fosse perigoso e perverso. A ideia é que se as pessoas não podem se referir a um fato, este deixa de existir enquanto tal. O controle da linguagem como forma de controle do pensamento. Psicanaliticamente, é um exemplo do mecanismo da negação freudiana dos mais óbvios. Afinal, tanto esforço e ansiedade em negar terminam apenas por confirmar a má consciência de quem, consciente ou inconscientemente, tem culpa no cartório. É mais ou menos como obrigar alguém que vê o sol a dizer “lua”.

Os vazamentos que se sucederam ao golpe reduzem esse tipo de violência canhestra e absurda a pó. Foi golpe, e um golpe torpe, pelas piores e mais mesquinhas razões desse mundo. E todos sabem. Quem fez tem vergonha e por conta disso quer tapar o sol com a peneira. E quem apoiou de fora, nas ruas, se achando protagonista de alguma coisa, foi coxinha no começo, depois se sentiu trouxinha, e finalmente virou escondidinho na piada popular. A sensação geral na sociedade é de ressaca depois de um grande engodo.

O filósofo alemão Hölderlin possui uma frase modelar para esse contexto: “Onde existe o perigo, nasce também a salvação.”<sup>66</sup> Pode parecer apenas otimismo, mas é uma profunda compreensão da natureza moral do ser humano. Não se engana alguém à toa. Sempre tem volta, e sempre tem troço. Melhor: às vezes há até aprendizados coletivos e reais de uma sociedade inteira. São os tolos que pensam que só existem interesses no mundo. Os seres humanos são também seres morais, tenham ou não consciência disso.

Aprendi, vivendo como jovem estudante na Alemanha da década de 1980, que as sociedades não aprendem apenas com guerras

ou revoluções sangrentas. Convivendo com jovens que tinham sido influenciados pela assim chamada “geração de 68” na Alemanha, que haviam assumido, criticado e, apenas por conta disso, superado o espírito do autoritarismo e do nazismo alemão, pude vivenciar uma sociedade inteira aprendendo e se tornando mais livre e inteligente. Foi apenas por assumir a herança do nazismo como algo a ser criticado, e não como algo a ser negado patologicamente pelo resto da vida, que a Alemanha se tornou tão ou mais democrática que seus vizinhos.

Só por conta da explicitação desse passado, que custou conflitos intergeracionais sérios e dolorosos<sup>67</sup> para todos os envolvidos, é que a Alemanha pôde deixar de ser o protetorado americano que era efetivamente depois da Segunda Guerra e assumir seu destino nas próprias mãos. O melhor exemplo dessa nova autoconfiança foi Willi Brand na chefia do primeiro governo social-democrata alemão. Ele deixou explícita a mudança na sociedade alemã com sua política independente com o Leste Europeu. Quando se ajoelhou no memorial às vítimas do nazismo no gueto de Varsóvia, no dia 7 de dezembro de 1970, metade da Alemanha, ainda nazista, o odiou, mas a outra metade, de novos democratas alemães, o reconheceu como seu símbolo maior. Não se esquece um dia na Alemanha a ferida do nazismo e de seus crimes inomináveis. Não se aprende esquecendo, mas sim lembrando.

Todos os nossos papéis da escravidão foram queimados, supostamente para nos esquecermos dela. A nossa anistia do esquecimento teve o mesmo sentido.<sup>68</sup> Quem esquece o erro está destinado a repeti-lo indefinidamente. Esse golpe malffeito, apressado, errado, pelos piores motivos, pode ser, finalmente, nossa chance de aprender alguma coisa com nossa história. Nossa desigualdade, seja pela indiferença de uma elite vampiresca e míope, seja pelo desprezo de uma classe média boçal e tola, é uma continuidade direta com a escravidão nunca assumida efetivamente e nunca criticada em sua continuidade até os dias de hoje. Os golpes sucessivos, toda vez que a maioria oprimida ganha voz, significam

o eterno retorno dessa indiferença e desse desprezo. O reprimido sempre volta se não for encarado de frente e transformado. Precisamos lembrar como fomos formados e, portanto, quem somos. É doloroso, como todo aprendizado. Mas vale sempre a pena.